

A evolução da estrutura, por sexos, da população activa em Portugal – um indicador do crescimento económico (1890-1981)

INTRODUÇÃO

O objectivo deste trabalho é apresentar uma análise da estrutura, por sexos e por sectores de actividade, da população activa portuguesa no período indicado, com um triplo objectivo.

Por um lado, pretendemos verificar em que medida essa análise confirma ou não as conclusões a que chegámos num estudo recente sobre a estrutura global, sectorial e regional da população activa, enquanto indicador das características do crescimento económico português¹; esta verificação assenta no facto de, ao longo de um dado período, as mudanças nas estruturas sectoriais da população activa serem acompanhadas por alterações significativas na composição sexual e etária daquele indicador.

Por outro lado, esperamos contribuir para superar a limitação, que reconhecemos no trabalho acima referido, decorrente de termos tomado, na prática, a população activa como equivalente ao factor produtivo «trabalho», quando ela é apenas a fonte desse recurso essencial; os recursos humanos empregues na actividade económica são tempos de trabalho de diferentes tipos e qualidades, e não quantitativos de trabalhadores. Assim, a avaliação do peso do trabalho feminino no total da população activa é um passo necessário para uma avaliação futura, mais correcta, dos recursos humanos, permitindo a sua conversão num equivalente a um certo tipo de trabalho, por exemplo, ao trabalho de um adulto masculino a tempo integral². Exemplificaremos este aspecto adiante, a propósito do cálculo da taxa de actividade.

Um terceiro objectivo deste estudo é o de esclarecer algumas dúvidas levantadas pela crítica das fontes. A fonte utilizada são os recenseamentos gerais da população, única fonte que com bastante regularidade (intervalos de tempo, para o período em referência, de cerca de 10 anos) vem apresentando dados relativos à distribuição da população residente (ou presente) por profissões ou sectores de actividade. Sobre os problemas por eles levantados para as conclusões que apresentamos aqui (como os que advêm da heterogeneidade dos critérios utilizados no apuramento dos dados nos diferentes censos) remetemos para a crítica das fontes realizada no trabalho referenciado na nota 1, em

¹ Veja-se Nunes, 1989.

² Uma análise idêntica é necessária para outros grupos específicos, como, por exemplo, os trabalhadores familiares não pagos, os grupos etários extremos e os trabalhadores ocasionais, sazonais e a tempo parcial; é igualmente indispensável avaliar a evolução sectorial dos níveis de qualificação.

particular na secção B do capítulo 1, sem prejuízo de curtas referências ao longo deste texto.

1.ª PARTE

A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA POPULAÇÃO ACTIVA E O MODERNO CRESCIMENTO ECONÓMICO

Começamos por apresentar aqui um resumo das principais conclusões a que a análise da estrutura sectorial da população activa global conduziu relativamente às indicações sobre o crescimento económico no período. O âmbito dessa análise é o conjunto do espaço nacional e, ao nível regional, os dezoito distritos do continente e as duas regiões autónomas, para o período posterior a 1890. O anexo I (A e B) apresenta uma síntese dos principais resultados que construímos de acordo com o tratamento das fontes e a metodologia³ apresentados no trabalho citado. Eles conduziram às considerações que se seguem.

ANÁLISE TEMPORAL

A evolução no conjunto do período considerado (1890 a 1981) caracteriza--se pela queda do peso do sector agrícola no total (61 % para 18 %) a favor de outros sectores, com destaque para os da indústria transformadora⁴ (18% para 38%), do comércio (4% para 15 %) e da administração pública e defesa (2% para 7%). O ano de 1930 constitui um momento de perturbação nessa evolução⁵. O período é decomponível em fases de evolução mais ou menos lenta.

Uma primeira, até 1960, engloba duas subfases: uma que abrange os anos de 1890 a 1911, em que o sector agrícola pesa cerca de 3/5 do total, e outra que abrange os anos de 1930 a 1960, que apresenta uma estrutura média em que, apesar da quebra sensível do peso do sector agrícola para valores ligeiramente inferiores a 1/2, o sector secundário⁶ viu aumentar pouco o seu peso (3 pontos percentuais), contrariamente ao sector

³ Sobre o método de taxionomia numérica e a terminologia utilizados nas análises temporal e regional que se seguem remetemos o leitor para Nunes, 1989. Para maior clareza na leitura da análise que se segue, em particular no que respeita aos aspectos regionais, adiantamos resumidamente alguns aspectos. O método de taxionomia numérica que utilizamos foi adaptado da *cluster analysis* e teve como objectivo detectar regiões homogéneas caracterizadas por agruparem regiões elementares cuja estrutura sectorial da população activa fosse próxima. A proximidade das estruturas foi calculada com base no conceito de distância euclidiana.

⁴ A indústria transformadora inclui os sectores «construção civil e obras públicas» e «electricidade, gás e água».

⁵ A causa de tal facto residirá fundamentalmente na alteração de critérios por parte da entidade recenseadora (pela primeira vez, em 1930 tenta-se fazer uma classificação por sectores, contrariamente à classificação por profissões, utilizada nos censos anteriores) e também em potenciais efeitos dos condicionamentos conjunturais internacionais e associados a outros estruturais internos (veja-se Baganha, 1988 e Rosas, 1986).

⁶ O sector secundário inclui as indústrias extractivas e transformadoras e ainda o sector dos transportes e comunicações.

terciário⁷ —com particular relevo para os serviços diversos—, que passou a pesar 1/4 do total, contra menos de 1/6 no período anterior; o ano de 1940 constitui um momento de transição integrável em qualquer das subfases definidas.

Uma segunda, de 1960 a 1981, de evolução rápida, traduz uma descida acentuada do sector agrícola, agora claramente a favor da indústria transformadora, e não dos serviços diversos. Para marcar este comportamento, acrescenta-se que as estruturas de 1890 e 1960 são mais semelhantes entre si do que as de 1960 e 1981. A evolução acelera-se significativamente na segunda década do período, sendo as estruturas de 1960 e 1970 claramente mais semelhantes entre si do que as de 1970 e 1981.

Assim, em termos tanto de continuidade como de ritmo de evolução, a análise da estrutura da população activa indica ser incorrecto falar de moderno crescimento económico⁸ em Portugal antes da década de 1950.

Com efeito, de 1890 para 1900, a maioria das regiões vêem o peso do sector agrícola aumentar, apesar de ligeiramente e sem repercussão na estrutura global do País. Por outro lado, se entre 1911 e 1930 se nota uma queda nítida do sector agrícola, a contrapartida faz-se sentir na subida do sector terciário, em particular nos serviços diversos, e não no sector transformador, que diminui em todas as regiões — aspecto que não revela modernização. Para mais, de 1930 para 1940 volta a aumentar o peso do sector agrícola ainda de forma mais generalizada - excepto no Porto e em Setúbal, - repercutindo-se agora no conjunto do País.

Assim, como referimos acima, só entre 1960 e 1981 o ritmo de transformação da estrutura em análise se acelera e o seu sentido é inequívoco.

Tal como observámos na nota 5, o comportamento do indicador em estudo não será seguramente apenas justificado por alterações dos critérios no apuramento dos dados.

ANÁLISE REGIONAL

Algumas breves considerações sobre a análise regional confirmam o que acabámos de concluir.

A evolução do índice de assimetria regional - média das distâncias das estruturas das vinte regiões elementares à estrutura do País - revela um aumento das assimetrias, lento até 1930-40, rápido até 1970, e uma atenuação dessas assimetrias na última década do período⁹. A principal razão deste comportamento tem a ver com o comportamento mais ou menos dinâmico, no sentido da modernização mais ou menos rápida, das regiões que compõem os grupos de regiões de estrutura próxima (que designamos no anexo I-B por «regiões homogéneas») relativamente ao conjunto do País. Sintoma disto é o esvaziamento do grupo médio a favor do de transição entre o médio e o agrícola (que

⁷ O sector terciário inclui o «comércio», a «administração pública e defesa» e os «serviços diversos».

⁸ Veja-se Kuznets, 1987.

⁹ O moderno crescimento económico caracteriza-se por nas fases iniciais do seu processo tender a acentuar as assimetrias (regionais, internacionais, na distribuição do rendimento, etc), mas a prazo tender, inversamente, a atenuá-las, graças ao alastramento dos efeitos económicos favoráveis da industrialização e modernização. Mesmo que neste caso concreto se associe esta atenuação aos efeitos das transformações políticas da segunda metade da década de 1970, é de lembrar que o moderno crescimento económico é uma época económica e, como tal, é um processo não apenas ligado às transformações económicas, mas também às políticas e culturais.

entre 1950 e 1960 engloba a maioria das regiões) e, entre 1960 e 1970, o esvaziamento do último a favor do grupo constituído pelas regiões de maior peso do sector agrícola.

De notar ainda que só a partir de 1940 se forma um grupo constituído por regiões com uma estrutura claramente industrial e moderna. Até aí, elas não revelavam ainda uma semelhança das suas estruturas. São elas Lisboa, Porto - histórica e tradicionalmente, os únicos pólos de actividade económica não agrícola em Portugal¹⁰ — e Setúbal, que até àquela data revela uma estrutura bastante próxima da de Aveiro e Faro, facto que se deve a ter um peso do sector primário¹¹ idêntico ao daquelas regiões (apesar do peso reduzido do sector agrícola, a pesca ocupa cerca de 11% da população activa total).

A título complementar, apresentamos ainda no anexo i-A duas decomposições do quadro n.º 1, que analisámos atrás. O quadro n.º 2 é uma decomposição da indústria transformadora e o quadro n.º 3 uma sectorialização da indústria transformadora em sentido estrito, cujo total aparece no quadro anterior. A sua construção é apenas possível para o período posterior a 1930 por ausência de dados sobre a desagregação deste sector nos censos de 1890, 1900 e 1911.

Não pretendendo analisar aqui os dois quadros agora referidos, apenas chamaremos a atenção para a confirmação da década de 1950 como o início da época de moderno crescimento económico em Portugal.

Verifica-se, posteriormente àquela data, a perda de peso do conjunto da indústria transformadora em sentido estrito a favor dos sectores da construção civil e obras públicas e da electricidade, gás e água, facto que está associado ao crescimento urbano e dos transportes e comunicações, à construção de infra-estruturas energéticas ligadas aos aspectos tecnológicos do que alguns autores designam por *segunda revolução industrial* e ainda ao surto de actividades terciárias modernas, como, por exemplo, as ligadas ao turismo.

Igualmente se observa a perda de peso dos sectores da indústria transformadora, à partida ainda compatíveis com unidades produtivas de tipo e dimensão mais tradicionais (ligadas à tecnologia da primeira revolução industrial, pouco exigente na concentração dos factores produtivos e na qualificação da mão-de-obra - comumente associadas hoje em dia, com pouco rigor, a termos como «indústria ligeira», «indústria de bens de consumo» ou «indústria de mão-de-obra intensiva»), a favor das indústrias mais modernas, como a química, a metalurgia e afins ou a do papel e tipografia.

¹⁰ Veja-se Justino, 1988.

¹¹ O sector primário inclui os sectores da «agricultura» e da «pesca».

A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA POR SEXOS DA POPULAÇÃO ACTIVA PORTUGUESA

As nossas expectativas relativamente à capacidade esclarecedora de uma análise da evolução por sexos da população activa foram amplamente confirmadas para o caso português.

No anexo II incluímos os dados em que assentámos este estudo e a propósito dos quais passamos a sistematizar algumas considerações a respeito do que revelam sobre o início do processo de industrialização e modernização da economia portuguesa e sobre a taxa de actividade económica.

1. A PROPÓSITO DO INÍCIO DA ÉPOCA DO MODERNO CRESCIMENTO ECONÓMICO

A evolução da estrutura por sexos da população activa e das taxas de actividade masculina e feminina fora do sector agrícola é elucidativa e confirma a década de 1950 como a de arranque de um crescimento de tipo novo.

É sobretudo de 1950 para 1960 que o crescimento do número de activos masculinos no total da população empregue no sector das indústrias transformadoras foi mais significativo e que a diferença para os activos femininos no mesmo sector foi maior - este salto acelerou-se ainda mais na década seguinte, mas nesta já o crescimento da mão-de-obra feminina foi igualmente forte.

É na década de 1960 que o peso dos trabalhadores femininos no sector dos serviços diversos deixa de ser superior a metade, o que aponta para uma modernização daquele sector relativamente ao período anterior, em que na sua estrutura interna pesariam os serviços domésticos (e onde nos tempos mais recuados se incluem rubricas como a dos «criados e criadas», que, em parte, forneceriam na prática trabalho agrícola - aspecto sociológico das estruturas económicas).

A análise da evolução da taxa de actividade complementarará ainda os argumentos que aqui avançámos.

2. A PROPÓSITO DA TAXA DE ACTIVIDADE¹²

As elevadas taxas de actividade (população activa total/população residente - ou presente - total) verificadas no início do período em análise (superiores a 42% e atingindo mesmo o valor de 49,5 % em 1890) estão ligadas à elevada percentagem de

¹² O facto de termos desprezado as rubricas «actividades mal definidas» e afins, em alguns anos (até 1940 e em 1970), dado o seu peso excessivo (superior a 1 %), e por isso potencialmente capaz de afectar as estruturas, pode tornar quantitativamente imprecisa esta análise, mas não infirmará as conclusões aqui apresentadas.

trabalhadores femininos no total da população activa empregue no sector agrícola. Duas observações sobre este facto se afiguram pertinentes:

Ele aponta para a confirmação das nossas suspeitas, anunciadas no trabalho cujas conclusões reproduzimos na 1.^a parte desta comunicação, de que nos censos iniciais está contabilizada como população activa uma parte significativa não só de trabalho familiar não pago, mas ainda das mulheres casadas domésticas, grupos que na altura pesavam sobretudo no sector agrícola;

Ele pode em parte ser justificado pelo grande peso que a unidade familiar, enquanto núcleo de actividade económica, terá tido em Portugal até relativamente tarde, revelando uma estrutura social em que a separação entre a esfera do económico e a do familiar ainda não está muito marcada. Não será um mero acaso o facto de o número de trabalhadores femininos *per capita* nas actividades não agrícolas, em geral, tender a diminuir até 1960 (8,6% para 5,6%, cerca de 35% em percentagem), com particular relevo para a indústria transformadora; no início, a taxa de actividade feminina neste sector varia entre 52 % e 40 % da masculina, para entre 1940 e 1960 aqueles valores passarem a ser inferiores a 30% .

Fazemos notar que, tal como Kuznets provou a partir da análise de um número alargado de economias nacionais¹³, também em Portugal se verifica uma relativa estabilidade da taxa de actividade masculina, entre 26 % e 31 %, comparativamente à revelada pelo comportamento da mão-de-obra Feminina. A tendência de evolução daquele indicador, no caso português, foi no sentido da quebra, a que não deve ser estranho o facto de Portugal ser um país de forte emigração. As razões para a inversão da tendência verificada entre 1930 e 1960 terá a ver com factores demográficos, em particular: *a*) quebra da taxa de natalidade entre 1930 e 1940; *b*) prolongamento da duração média de vida (sobretudo entre 1940 e 1950), não compensada ainda pela chegada mais tardia ao mercado de trabalho nem pela diminuição da idade de reforma¹⁴.

No caso da mão-de-obra feminina, as alterações das estruturas demográficas (a par eventualmente de outros factores, como a guerra colonial) terão começado a ter grande influência (em particular na queda da taxa de natalidade) para explicar o aumento do peso das mulheres activas *per capita*, após 1960, para níveis semelhantes aos do início do século; mas agora este fenómeno faz-se sentir sobretudo fora do sector agrícola, em particular nos sectores da «indústria transformadora», «comércio» e «administração pública e defesa».

A análise da evolução da taxa de actividade global ponderada (anexo II-B) parece confirmar ainda a tese de que os efeitos agregados do crescimento económico são mais o resultado da melhoria qualitativa nos factores produtivos e nos meios técnicos e organizativos que os enquadram do que da sua expansão quantitativa.

Se se desprezarem os dois primeiros valores (eventualmente ainda exagerados, apesar da ponderação utilizada para a população feminina), a tendência relativamente à oferta de trabalho *per capita* não se apresenta muito definida e a sua expansão quantitativa

¹³ Veja-se Kuznets, 1971.

¹⁴ Veja-se Nazareth, 1985.

(sem levar em conta factores que tenham melhorado a sua eficiência) não pode ter contribuído muito para o crescimento do produto *per capita*, também no caso português¹⁵. Se a taxa de actividade subiu significativamente de 1940-50 para 1960 (a década de 1950 foi de arranque do moderno crescimento económico e de lenta evolução dos níveis e estruturas demográficas), ela volta a descer, não menos nitidamente, na década de 1960. Assim, a década de consolidação da nova época económica ainda terá dependido menos da quantidade «bruta» deste factor produtivo. O ligeiro aumento verificado nos anos de 1970 terá a ver com os efeitos da evolução demográfica (diminuição da taxa de natalidade e retorno de residentes nas ex-colónias africanas) e o consequente aumento do emprego feminino.

A análise por sexos da estrutura da população activa permite ainda esclarecer um pouco mais a anormalidade dos valores do Recenseamento Geral da População de 1930. Recordemos que naquele ano se detecta um peso «anormalmente» baixo do sector agrícola, um peso «exageradamente» alto do sector dos serviços diversos e uma quebra da indústria transformadora, ainda mais ou menos estranha perante a evolução esperada.

Na sua dissertação de doutoramento, Maria Ioannis Baganha defende que o aumento da população activa empregue nos serviços teria sido uma consequência de dificuldades conjunturais do sector industrial. Elas teriam afectado sobretudo o emprego feminino e levado a uma deslocação significativa de população activa feminina da produção industrial para os serviços domésticos. Ora verifica-se que a queda da população activa no sector da indústria transformadora é relativamente proporcional nos dois sexos, facto que não acontece relativamente aos sectores agrícola e de serviços, em que as respectivas quebra e expansão se dão exclusivamente na população activa feminina. Sem pôr totalmente em causa a teoria defendida pela autora, para o que seria necessário analisar outros indicadores¹⁶, parece claro que a alteração de critérios no apuramento do censo de 1911 para o de 1930, nomeadamente a passagem de uma classificação por profissões para uma classificação sectorial, se repercutiu fortemente no tratamento da população activa feminina, facto também reconhecido pela autora em referência.

CONCLUSÃO

A consideração simultânea da evolução da estrutura por sexos da população activa portuguesa e da taxa de actividade contribuiu para uma melhor aferição dos recursos humanos disponíveis e revela aspectos organizativos e institucionais da economia que confirmam as características e o ritmo do crescimento económico português ao longo do século xx¹⁷, e nomeadamente que Portugal só entra na época do moderno crescimento económico a partir da década de 1950. Por outro lado, o forte crescimento económico conseguido a partir daquela data não terá sido devido fundamentalmente a um aumento quantitativo do factor trabalho, mas a melhorias qualitativas nos factores produtivos em

¹⁵ Veja-se Nunes, Mata e Valério, 1989.

¹⁶ Veja-se Rosas, 1986, e Valério, 1982.

¹⁷ Veja-se ainda Nunes, Mata e Valério, 1989.

geral e nos meios técnicos, organizativos e institucionais, cujos contributos para o crescimento há que aferir.

BIBLIOGRAFIA

- BAGANHA, M. I. Bennis, *International Labor Movements: Portuguese Emigration to the United States 1820-1930*, dissertação de doutoramento apresentada na Universidade da Pensilvânia, 1988.
- JUSTINO, David, *A Formação do Espaço Económico Nacional: Portugal, 1810-1910*, Lisboa, Vega, 2 vols., 1988.
- KUZNETS, Simon, *Economic Growth of Nations. Total Output and Production Structure*, New Haven, Belknap Press of Harvard, 1971.
- KUZNETS, Simon, *Modern Economic Growth. Rate, Structure and Spread*, New Haven, Yale University Press, 1987.
- NAZARETH, J. Manuel, «A demografia portuguesa do século xx: principais linhas de evolução e transformação», in *Análise Social*, Lisboa, vol. xxi, n.^{os} 87-88-89, 1985.
- NUNES, Ana Bela, *População Activa e Actividade Económica em Portugal dos Finais do Século XIX à Actualidade. Uma Contribuição para o Crescimento Económico Português*, dissertação de doutoramento apresentada no Instituto Superior de Economia, da Universidade Técnica de Lisboa, 1989.
- NUNES, Ana Bela, Eugênia Mata e Nuno Valério, «Portuguese economic growth 1833-1985», in *The Journal of European Economic History*, Roma, vol. 18, n.º 2, 1989.
- ROSAS, Fernando, *O Estado Novo nos Anos Trinta: Elementos para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo (1928-1938)*, Lisboa, Estampa, 1986.
- VALÉRIO, Nuno, *As Finanças Públicas Portuguesas entre as Duas Guerras Mundiais*, dissertação de doutoramento apresentada no Instituto Superior de Economia, da Universidade Técnica de Lisboa, 1982.